

GEOVANE SANTANA DOS SANTOS

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA MICROREGIÃO DE
BARREIRAS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.

Salvador
2002

GEOVANE SANTANA DOS SANTOS

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA MICROREGIÃO DE
BARREIRAS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.

Monografia apresentada no curso de graduação
de Ciências Econômicas da Universidade
Federal da Bahia como requisito parcial à
obtenção do grau de bacharelado em Ciências
Econômicas

Orientador : Prof. Luiz Alberto Bastos Petitinga

Salvador
2002

GEOVANE SANTANA DOS SANTOS

O PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA MICROREGIÃO DE
BARREIRAS NAS DÉCADAS DE 1980 E 1990.

Orientador: _____

Prof.: Luiz Alberto Bastos Petitinga
Faculdade de Economia da UFBA

AGRADECIMENTOS

Ao meus pais: Severiano Aliberto dos Santos e Renildia do Amor divino Santana dos Santos

A minhas irmãs: Ivone, Selma, Eliane, Joanice, Daniela

Meus Familiares: Celerina (Cê), Manuel (nenê), Antonio (toinho), Joaquina (vó), Maria (Minha madrinha),

Que colaboraram: incentivando e moldando o meu caracter

Aos amigos : Amado, Ana Claudia, Alex, Daniel, Davi, Delson, Dora, Elizeu, Fábio Ney, Fátima, Gerailton, Gilberto, Gildásio, Gustavo, Jaime, Jenival, Juscelino, Lídio, Leda, Marcos, Marcio, Maria Clara, Mirian, Pro Mira, Patrícia, Redson, Ruanito, Prof. Eliana, Tânia

Que em momentos difíceis da vida estavam ao meu lado.

Aos Professores: Beto, Célia, Chicão, Coelho, Maria Madalena, Petitinga, Plínio, Raniერი, Rita Magalhães, Rita, Vete, Maria Emilia, Vitor

Que incentivaram e acreditaram

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	MODERNIZAÇÃO NA AGRICULTURA	9
2.1	INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DO CONCEITO	9
3	POLÍTICAS E PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA DA REGIÃO DE BARREIRAS	12
3.1	A ESTRATÉGIA DE OCUPAÇÃO ECONÔMICA DO CERRADO BAIANO	13
3.1.1	Políticas e programas para o desenvolvimento	13
3.1.2	Políticas de proteção ao pequeno produtor	17
3.1.3	Indicadores de modernidade agrícola dos Cerrados baianos	18
3.1.3.1	Indicadores financeiros	18
3.1.3.2	Indicadores tecnológico	24
3.2	PRODUTIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA	26
3.2.1	Produtividade e modernidade	26
3.2.2	Diversificação	28
4	CONSEQÜÊNCIAS DA MODERNIZAÇÃO PARA A REGIÃO DE BARREIRAS	31
4.1	IMPACTOS DEMOGRÁFICOS DA EXPANSÃO AGRÍCOLA	31
4.2	MUDANÇAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO	35
4.3	TENDÊNCIAS PARA O SETOR	38
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

LISTA DE TABELA

TABELA 1 Investimento na região de Barreiras	19
TABELA 2 Investimento por hectare	20
TABELA 3 Financiamento para a região de Barreiras	21
TABELA 4 Financiamento por hectare	21
TABELA 5 Despesas na região de Barreiras	22
TABELA 6 Despesas por hectare	23
TABELA 7 Relação Tratores por hectare	24
TABELA 8 Relação máquinas por hectare	25
TABELA 9 Relação arados por hectare	25
TABELA 10 Evolução do rendimento da produção da região de Barreiras	27
TABELA 11 Produção de frutos da região de Barreiras	28
TABELA 12 Outros produtos da região	29
TABELA 13 População da região de Barreiras	32
TABELA 14 População de imigrantes quanto a origem, na região de Barreiras/80	33
TABELA 15 População de imigrantes quanto a origem, na região de Barreiras/91	34
TABELA 16 Mão-de- obra ocupada na região de Barreiras	37

1 INTRODUÇÃO

O setor agrário baiano, nas últimas décadas, vem sofrendo grandes transformações na sua estrutura produtivas, fruto da intervenção tanto dos órgãos governamentais quanto da iniciativa privada, viabilizando projetos no setor.

Este setor vem atendendo aos incentivos, apresentando-se em fase de expansão e/ou modificação do cultivo tradicional. O aumento da demanda interna em virtude do crescimento dos setores secundário e terciário tem sido atendido, e a agricultura de subsistência não é mais a típica do interior baiano. Estudar este processo é de fundamental importância para um melhor entendimento deste momento. Cronologicamente, a primeira metade da década de 1980, marca o início da modernização do setor. Quanto aos resultados, só são perceptíveis no final da década, e na década seguinte.

Neste trabalho, relatar-se-á as transformações sócio-econômicas ocorridas na região de Barreiras nas últimas duas décadas. A princípio foi feito um breve relato teórico seguido das políticas, projetos e programas de desenvolvimento adotados ali, e de origens diversas (Federal, Estadual ou Municipal). E, posteriormente, as transformações ocorridas na estrutura agrícola com a introdução de novos produtos, modernização tecnológica, e as conseqüências no processo demográfico; e é diante do contexto abordado que são indicadas as tendências para a região.

A princípio, como não poderia deixar de ser, far-se-á uma abordagem conceitual da modernização agrícola na teoria econômica, atentando para sua importância e as implicações sociais. Discutir-se-á os conceitos mais importantes para esta monografia, assim como para um melhor entendimento do processo de transformação por que passa à agricultura. Ainda, neste contexto, tratar-se-á dos indicadores de modernidade, aqui trabalhados, como também do processo histórico da implantação da moderna agricultura no Brasil.

Posterior aos discursos das teorias e ao processo histórico da modernização, foi abordado a fluência: de projetos, programas e políticas específicas, que tinham como finalidade

dotar a região de uma infra estrutura para o desenvolvimento. As novas demandas da sociedade moldaram as novas políticas na década de 1990. Ainda neste contexto são analisados o fluxo financeiro para a região dado as políticas e programas, como também a sua relação com a área cultivada, no período analisado. Como principal consequência das políticas adotada na região, relatar-se-á as transformações na produção, a incorporação de novos produtos e a relação com a área plantada. Na comparação com a produção baiana, foi observado o comportamento da produção regional.

Posterior às análises esboçadas, são indicadas de forma quantitativa as mudanças ocorridas na estrutura produtiva, as transformações ocorridas na demografia da região, e de que forma tais transformações contribuíram para o seu desenvolvimento econômico. No âmbito demográfico, foram abordados a evolução quantitativa da população e o crescimento do fluxo migratório para a região, destacando a sua distribuição por município, assim como suas consequência para o processo de mudanças nas relações de trabalho, e para um novo conhecimento de técnicas produtivas possibilitado pelo fluxo migratório.

Para finalizar indicar-se-á o caminho percorrido neste início de século (XXI) e quais a(s) tendência(s) para a região nos próximos anos, relacionando as perspectivas da economia baiana como um todo, com as possibilidades de expansão da economia da região em estudo. Nesse tópico apontou-se ai também uma terceira geração de novos agribusiness e suas tendências

2 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA

A agricultura é um tema abordado pelos economistas desde os primórdios da economia, o que tem mudado é a forma de abordagem ao longo do tempo. O que antes era debatido, era a relação dos “fatores de produção” e de que maneira esses fatores contribuíam para a geração da riqueza, e qual era prioridade de acordo com conveniência de cada teórico. Só contemporaneamente que se estuda o processo de transformação, observando o homem como elemento de transformação, interagindo e aumentando a produtividade e a produção.

Como indicador de modernidade, as inovações mecânicas poupadoras de mão de obra, são as abordadas aqui. No tocante à base tecnológica adotada, são os itens que podem indicar transformação na estrutura produtiva - mecanização da produção e ralação de trabalho - que são comuns a todos os censos aqui abordados; e que são trabalhados neste texto. São itens como números de tratores, arados e máquinas; a quantidade de pessoas ocupadas com atividade agrícola e o tipo de relação produtiva na área abordada; e sua influência, no tocante à população, as variações quantitativas no decorrer das décadas citadas, assim como as origens deste fluxo migratório.

2.1 INTERPRETAÇÃO TEÓRICA DO CONCEITO

As correntes de pensamento contemporâneo não estudam mais o fenômeno econômico de forma global, no que diz respeito ao fator que mais contribui para gerar riqueza, o estudo se subdivide em especialidades, e de que forma interagir com a economia na geração da riqueza e nas transformações da estruturas de produção. No ramo da economia agrícola são alimentados debates sobre a melhor forma de desenvolver o setor, dado o contexto de maior ênfase à indústria; são debatidos dois modelos oriundos da concepção de Schultz: O primeiro, é o de impacto urbano industrial, que indica em sua essência a importância do fator locacional –proximidade dos centros industriais no desenvolvimento agrícola; e o segundo, diz respeito à introdução de um fator com maior rendimento, dado as deficiências de recursos naturais do ambiente. O modelo de Hayami Ruttan (1971) indicado em Cunha (1991), apresenta soluções para o modelo de Schultz, indicando a substituição de fatores escassos por fatores mais abundantes. O debate sobre a importância da preservação

ambiental surge no início da década de 1990; trazem consigo o conceito de desenvolvimento sustentado.

Dentro deste contexto Cunha (1991) citando (Hayami, Ruttan, 1971), nota o processo de transformação da forma de produção da agricultura observando desde a forma primitiva de produção agrícola até as formas inovadoras, tanto poupadoras de mão-de-obra como de área de plantação.

sendo a função primordial da tecnologia, a de poupadora de recursos, e de elaborada uma taxonomia geral das principais tecnologias agrícolas. Assim, as inovações mecânicas de forma geral seriam poupadora de trabalho, enquanto as biológicas e químicas seriam predominantemente poupadora de terra. Desenvolvimentos em novas técnicas de plantio, ou novas sementes, são considerados como 'elementos catalisadores' que facilitariam a substituição de recursos mais escassos pelos mais abundantes (Cunha, 1991, p 218)

Com referência ao processo de mudança de padrão tecnológico no setor agrícola pode-se encontrar, na literatura, conceitos diferentes para agricultura tradicional e para a modernização, Em Schultz (1965), a agricultura tradicional é tida como aquela que se baseia inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores, tendo poucas mudanças no método de plantio ou colheita, e sendo sua característica principal, a baixa produtividade.

Em Gonçalves(1998), citando Paiva (1960), afirma-se que a produtividade da agricultura está vinculada á incorporação de novas terras no processo, sendo a terra explorada em todo o seu potencial e posteriormente abandonada, caracterizando desta forma a agricultura como itinerante, deixando as terras velhas e migrando para novas frentes de expansão. O rendimento decrescente das novas áreas cultivadas, motivou a volta ao cultivo das velhas terras, só que, com a adoção de processos avançados que garantiam um rendimento em alguns casos superior à agricultura itinerante.

Processo não ocorreu na Bahia; pois a implantação de novas técnicas não aconteceu necessariamente com a produção tradicional em sua totalidade; o que de fato surgiu foi a emergência de regiões que não tinham uma produção representativa em produtos tradicionais (cacau, cana de açúcar, algodão etc...). Sua forma de anexar-se ao mercado foi com produtos novos, diversificando a pauta baiana de exportação, e inovando com bens que nem sempre eram característicos do Brasil.

Na década de 1990 a abordagem de modernização mudou de foco, deixando de ser unicamente econômica, passando agora a observar a degradação da natureza e sua importância para a sociedade. Neste período há implementação de importantes projetos ambientais e socialmente viáveis no curto prazo, e sustentáveis nos médio e longo prazos. Portanto a sociedade hoje passou a outro patamar de valores da vida que não mais permitem o crescimento inconseqüente. Esses valores se traduzem em novas demandas sociais que precisam ser atendidas por projetos de desenvolvimento para enquadrar-se como competente. No início da década de 1990 são traçados objetivos e metas para os primeiros cinco anos que marcaria um novo período, entre outros:

consolidar a internalização da responsabilidade e garantias ambientais (sustentabilidade) no fomento governamental e nas ações das principais empresas privadas estatais. Ter consolidado por um quadriênio de governo contemporâneo um símbolo para o Brasil desenvolvimento de exemplo para o chamado 3^a mundo. (Olivieri, 1991. p 43)

No contexto geral, o processo de modernização agrícola do Brasil é proporcionado principalmente pela irrigação e pelo melhoramento do solo, tem a sua raiz na década de 70. O processo de expansão ocorrido no oeste baiano pode ser citado como exemplo desta mudança. Neste espaço geográfico foi comum e intenso o movimento de apropriação da terra, a compra de terras devolutas, modernização de latifúndios e compra de posses e propriedades de pequenos produtores. A introdução de tecnologias avançadas alavancou a produção em larga escala para mercados dinâmicos nacionais e para exportação.

3 POLITICAS E PROGRAMAS DE MODERNIZAÇÃO AGRÍCOLA NA REGIÃO DE BARREIRAS

O processo de transformação que ocorreu na região Oeste da Bahia nos vinte anos a que se refere este estudo, foi fruto de políticas e programas cujo objetivo foi tornar real o potencial agrícola da região. As medidas adotadas para promover o desenvolvimento foram implementadas pela União, o Estado e os Municípios da região, sendo que em alguns momentos do período em estudo observa-se a interação das esferas do Poder Executivo, e em outros, a ação ocorre de forma isolada. O processo de desenvolvimento da região tem sido marcado por períodos distintos que vão desde a construção de infraestrutura, com a adoção de políticas e programas voltados para o setor, até a construção de um novo paradigma de desenvolvimento.

Muito embora a Bahia fosse, até a década de 70, uma economia predominantemente primária exportadora, esse setor pouco contribuía na dinamização das demais atividades, visto que seu principal produto era o cacau, que em virtude de seu método primitivo de cultivo, não tinha um efeito multiplicador para a economia da região. As políticas adotadas pelo Governo Federal favoreceram a Bahia com a criação do COPEC (Complexo petroquímico de Camaçari), e a nível estadual como forma de completar a cadeia produtiva foi criado o complexo CIA (Centro Industrial de Aratu), deslocando o setor dinâmico da economia para a indústria, (Guerra; Gonzalez, 1996).

A década de 80 foi marcada por constantes crises econômicas, e o setor industrial (químico e petroquímico), que tinha saído de um período de crescimento, com a redução do mercado interno, vê-se obrigado a buscar o mercado externo para continuar em funcionamento. Apesar do efeito multiplicador ter pouca representatividade em relação ao mercado interno, diversos outros setores desenvolveram-se, a exemplo do setor metalúrgico e da construção civil. O que de fato acontece, é a mudança do setor dinâmico da economia, com grandes investimentos no setor acima citado. Na segunda metade da década tem início o processo de recuperação do setor agrícola, com implantação de projetos de irrigação e utilização de novos métodos de plantio e cultivos, intensificação do uso de tratores, máquinas e arados, como também fertilizantes e defensivos agrícolas. Assim os indicadores de progresso técnico, medido pela produtividade da terra, do trabalho e global dos fatores, apresentaram crescimentos vertiginosos. Cultivando produtos no qual não eram produzidos na região, e

que em grande parte era destinado ao mercado externo, visto que o mercado interno já era abastecido por produtos oriundo de outras regiões.

Os anos 90 é marcado por transformações de âmbito nacional que levaram as empresas a conviverem em um ambiente de competitividade. A redução das proteções à indústrias, acompanhada de políticas cambiais; levam á deflação dos preços internos; neste contexto, a agricultura sofreu maior impacto da concorrência. Um outro ponto evidente, é a redefinição do papel do Estado e as restrições às políticas setoriais que afetaram as atividades produtivas de forma diferente, revelando assim, quais os setores frágeis da economia e a necessidade real de políticas específicas. As políticas macroeconômicas adotadas no período desarticularam o setor exportador e aumentaram as importações; acirrando contudo, a concorrência interna do setor agrícola.

Mas, entretanto, há uma recuperação visível do setor agrícola, cuja sua importância na pauta de exportação cresceu - via uma maior diversificação produtiva no Estado. Observa-se o surgimento de novos produtos tais como: eucalipto para produção de celulose, e diversos tipos de frutas-fruticultura; além da ampliação do volume de grãos etc. Quanto à forma da região de Barreiras anexar-se ao mercado, foi com produtos novos; diversificando a pauta baiana de exportação, e inovando com produtos que nem sempre eram característicos da Bahia.

3.1 A ESTRATEGIA DE OCUPAÇÃO ECONÔMICAS DOS CERRADOS BAIANOS.

3.1.1 Política e programas para o desenvolvimento

A origem do processo de interesse pelo oeste tem início nos anos 1970, quando foram adotadas as primeiras medidas de dotação de infra-estrutura para a região; medidas como: alteração do regime de posse e uso do solo e o grande fluxo de financiamento subsidiado pelo governo. Dois momentos assinalam esse processo de redefinição das funções econômicas da região: O primeiro, no início da década de 1970, marcada pela conclusão da ligação Barreiras a Brasília e a melhoria da comunicação com Salvador; e em segundo,

iniciado pelo final dos anos 70, assinalando pela demanda dos cerrados baianos por capitais originários de outras regiões do país.

Em virtude da abundância de terras não utilizadas, ociosas; o fluxo migratório para região foi intenso. As chamadas terras sem dono atraíram grande número de migrantes que aqui chegando tomou posse de forma ilegal ou via preço abaixo do mercado, construindo fazendas com grandes extensões de terras, apropriada para a cultura como a de grãos. As terras de boa qualidade para o plantio, rica em nutrientes, e a abundância de recursos hídrico, associado à implementação de novas técnicas de cultivos levam a uma combinação que culminou no melhor aproveitamento do solo da região.

A política de desenvolvimento agrícola na região oeste tem-se revestido de conteúdo peculiares e contraditórios. A falta de uma política de regularização fundiária, permitiu a grilagem de grandes extensões de terra. (...). Nos últimos quatro anos, o apoio do crédito subsidiado do BB(Banco do Brasil) para o cultivo da soja, incentivou os empresários do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná – com grande experiência no cultivo desta oleaginosa- a expandir a fronteira agrícola nos cerrados baianos. (CAR, 1984)

A criação do programa de ocupação econômica do oeste em 1980 e outras ações do Governo do Estado na região, levaram uma atuação voltada para a implantação de infraestrutura básica em áreas urbanas e nas áreas de implantação dos projetos apesar dos esforços, o montante destinado para tal, não foi o suficiente, portanto não levou ao resultado desejado pelo Governo. “Neste sentido os poucos recursos aplicados na região não foram suficientes sequer para incentivar a atrair novos investimentos agropecuários”. (CAR, 1986)

O PRODECER (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) surgiu de uma parceria entre o Governo do Brasil e do Japão, e tinha como objetivo a modernização da base técnica e gerencial da agricultura criando a figura do empresário rural. Com isto, foi articulado uma rede de incentivos à produção agrícola, com apoio do poder local e regional com o intuito

de dotar as áreas beneficiadas de infra estruturas; e a União como forma de fechar o elo, liberou uma linha de crédito para financiamento, investimentos e custeio.

A primeira etapa desse programa – PRODECER I- teve início em 1980, com um projeto piloto objetivando a ocupação de 60.000 Ha, nos cerrados de Minas Gerais. Em seguida , iniciou-se em 1986 uma nova fase de, o PRODECER II, com vistas a dar uma dimensão nacional ao programa, através da implantação de projetos em novas áreas de cerrado nos Estados de Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Bahia. Em ambas as fases, o PRODECER tinha por finalidade e assentamento de colonos, introdução do sistema de cooperativa, apoio creditício, assistência técnica além do apoio federal , estadual e municipal. Já no que se refere às condições de financiamento, apesar dos elásticos prazos e dos longos períodos de carência dos créditos fundiários e de investimentos, no PRODECER II, foram eliminados os juros negativos.

A criação do projeto de desenvolvimento Agropecuário Rio Grande Boa Sorte articulado por outros programas vinculados a estratégias de desenvolvimento do oeste da Bahia, buscará através de esforço conjunto dos Governos, Estadual e Federal e o FIDA(Fundo Internacional Para o Desenvolvimento da Agricultura), uma intervenção nesta realidade, para mudanças concretas no aumento de produção e renda destes produtores rurais, neste sentido, o trabalho desenvolvido pelo Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), articulado com associações de produtores, prefeituras municipais e outras instituições governamentais, tendo colaborado para organização e construção de armazéns comunitários.

Esse processo, centrado particularmente na produção comercial de grãos e praticada sob padrões tecnológico e organizacional inteiramente novos para a região, introduzindo uma alteração total na composição de custos da produção rural, em que o uso de corretivos, fertilizantes, irrigação e pecuária melhorada implicam em uma intensa demanda de capital e pesquisa, baixo uso de mão-de-obra permanente e a redução progressiva da demanda relativa de mão-de-obra sazonal, na medida em que avança a mecanização.

Basta citar que o governo estabeleceu taxas de juros altamente subsidiadas, pois a CREA cobra 35% a.a. para uma inflação de 200% a.a.. Esta prática de crédito subsidiado também foi estendida para o pequeno produtor, acompanhado de assistência técnica da EMATER-BA. Embora a deficiência de recursos para assistência técnica e a desorganização dos pequenos produtores tenha limitado a abrangência deste programa. Outra limitação importante foi a falta de fixação de preços mínimos e o estabelecimento de um poder comprador na região. (CAR, 1984)

O plano de metas para a agricultura, um programa federal lançado em 1986 e tendo como objetivo básico dotar a economia de recursos essenciais para o desenvolvimento; serviu de suporte para implantação de um novo modelo que tem como característica: maior produtividade, sendo mais competitivo.

O estabelecimento de metas físicas por produtos, de diretrizes de apoio à agricultura; viabilizando infra-estrutura para o armazenamento, irrigação, vias de escoamento, pesquisa, extensão rural e micro-bacias, crédito rural diferenciado por categorias de produtores, prioridades para investimento e tentativas de desvincular os recursos para o setor das fontes monetárias, de preços mínimos plurianuais, de valor básico de custeio correlacionado com o índice de preços pagos pelo produtor e de ações na política comercial. Procura recompor os níveis de produção per-capita dos anos setenta acrescido de estoques de passagem e dar uma maior estabilidade nas decisões macro-econômicas aos agricultores ao estabelecer políticas plurianuais. Seguindo, as orientações gerais preconizadas no Plano Nacional de Desenvolvimento – Nova República (PND-NR).

O objetivo da política agrícola era por essência o estabelecimento de bases para construção de um novo padrão de desenvolvimento agrícola que vise aumentar a produção, a produtividade e por conseqüência, melhorar o abastecimento interno. Sendo o principal objetivo aumentar substancialmente a produção de alimentos básicos; arroz, o milho, o feijão e mandioca. (CAR, 1987)

Como metas á serem cumpridas estavam: recomposição dos níveis de produção per -capita dos alimentos básicos registrados na década de 1970; elevação de rendimento físico médio decorrente da irrigação; substituição da lavoura de soja por milho na proximidade dos principais centros de consumo, via política de preço mínimo; direcionar o crescimento

agrícola para áreas que já possuíam infra estrutura; deixando de lado critérios de potencial agronômicos e preço das terras. Sendo que esta última, o primeiro passo para o direcionamento para uma nova fase de políticas e programas para o setor.

Ao lado da introdução de novas práticas produtivas e consideráveis inversões privadas, a região vem experimentando assim a formação de uma crescente parcela de mão-de-obra excedente. O crescimento desse contingente deriva em parte da migração interna decorrente da expulsão do campo de antigos pequenos produtores, mas sobretudo da imigração de trabalhadores de outras regiões atraídos pelo novos investimentos, que entretanto têm baixa capacidade de absorção de mão-de-obra.

3.1.2 Políticas de proteção ao pequeno produtor

Diante de um ambiente de intensificação da concorrência; como forma de amparo ao pequeno produtor e parte de uma política macro econômica de fortalecimento do setor agrícola, são implementadas políticas e programas específicos, tais como: o preço mínimo, em uma clara intervenção no preço de equilíbrio do mercado, e o PROMAF de caráter incentivador à produção.

O preço mínimo tem sido um dos principais instrumentos de política agrícola garantindo o nível de produção e protegendo os pequenos produtores dos grandes grupos e do mercado predador. Este é o objetivo do programa, mas, em virtude da escassez de recursos para compra e financiamento da estocagem, os preços de equilíbrio do mercado quase que sempre ficava abaixo do mínimo. Como forma alternativa de instrumento de política de comercialização de sua produção, logo, segurança de preços; o governo lança no mercado o contrato de opção; instrumento este praticado em países desenvolvidos. Este tipo de contrato dará ao produtor o direito - mas não a obrigação - de vender sua produção para o governo numa data futura, a um preço fixado, protegendo os produtores de possíveis quedas de preço, e criando uma pseudo demanda para o produto.

Contemporâneo ao mercado de opções, o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), tinha como objetivo geral: *“Propiciar aos agricultores familiares*

condições para o incremento da capacidade produtiva, a geração de postos de trabalho e melhoria da renda, contribuindo para elevação do nível de bem-estar e a conquista do exercício da cidadania.” (Mesquita, 2000. p 33)

O que de fato se avançou, com este plano, foi a organização social e política na extensão do planejamento estratégico, e na dotação de infra-estrutura econômica e social nos municípios beneficiados.

3.1.3 Indicadores de modernidade agrícola dos Cerrados baianos

Para dar por encerrado nossa análise das políticas e programas destinados ao desenvolvimento desta região, abordaremos o montante monetário que nas últimas duas décadas foi destinado para a região, com a finalidade de ser aplicado na agricultura; aqui dar-se-á uma noção quantitativa dos investimentos, financiamento e das despesas em valores atualizado pelo IGP-DI para o dezembro de 2001. Quanto ao período do censo; o de 1980 e 1985, os valores apresentados indicam uma somatória do ano efetivo; já o de 1995/96 o período da pesquisa foi de 01 de agosto de 1995 à 31 de julho de 1996. Vinculado ao processo de convergência de recursos para a região, Observaremos o comportamento de alguns itens tecnológicos na lavoura.

3.1.3.1 Indicadores Financeiro

Os investimentos, têm o significado econômico de corresponder ao montante de capital destinados à aplicação que possam gerar benefícios futuros para o proprietário do capital. O que o censo chama de investimentos são:

terras adquiridas, prédios, instalações e outras benfeitorias, novas culturas permanentes e novas matas plantadas, veículos e outros meios de transportes (novos e usados), compra de animais de reprodução, criação ou recriação e outros fins, e máquinas e instrumentos agrícolas, novos e usados.(IBGE, 1995/96. p XVIII)

Quanto ao fluxo real de recursos destinados ao investimento na região nota-se ao longo de três censos, pequenas oscilações de 3% para mais ou para menos, dados dos censos em análise e ano base 1980. Mas quando comparados ao volume de investimentos no Estado, observar-se uma evolução em sua participação, era de 1,70% em 1980, para 3,80% em 1985 e 8,92% em 1995/96.

Diante desta evidência, pode-se afirmar que no período em análise, houve um afluxo de projetos agropecuário para a região, assim garantindo a ampliação da participação da região no montante do Estado; diante de um quadro de redução do fluxo recursos para a agricultura.(Vide tabela abaixo)

TABELA 1 – Investimentos na Região de Barreiras

Investimento						
	1980	%	1985	%	1995/1996	%
Barreiras	466,42	1,70	452,25	3,80	472,15	8,92
Bahia	27.402,63	100	11.915,81	100	5.294,27	100

FONTE: Censo Agropecuários de 1980,1985 e 1996/96

NOTA: (1) Dados deflacionados para valores de dezembro de 2001 (2) Valores em milhões de Reais

Quanto ao valor investido por hectare de terra na região, constatamos a redução do nível de investimento por hectares, devido principalmente, à ampliação da área plantada e a manutenção e/ou estabilidade, no nível do investimento. O período inicial da análise característico de um processo de convergência de recursos. Se comparado ao valor de investimento/hectare do Estado com o da região, observa-se que a média do Estado apresenta-se bem abaixo, caracterizando ilha de modernidade dentro de uma economia atrasada.

TABELA 2 – Investimentos por hectare

	Investimento/Hectare		
	1980	1985	1995/96
Região	14,38	4,08	1,05
Bahia	0,91	0,36	0,18

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

NOTA: Valor em R\$

Os financiamentos, são linhas de créditos ofertadas tanto por agentes financeiros públicos quanto agentes financeiros privados; é demandados por pessoa físicas ou jurídica para uso determinado. Nos censos em análise, são tidos como financiamentos :

as modalidades de crédito ou financiamento, com sua origem catalogada nas fontes (Banco do Brasil de outras entidades governamentais, de cooperativas e de outras fontes), e com finalidade determinada (investimento, custeio e comercialização), desde que aplicados em atividades ligadas à exploração agropecuária.(IBGE, 1995/96. p XVIII)

No tocante aos financiamentos, a variação censo a censo foi maior, tendo seu maior volume em 1980: em 1985 o valor foi de 18,03% menor, já em 1995/96 o volume financiado foi de 7,05% menor. Assim como os investimentos, os financiamentos também aumentaram sua participação no montante do Estado. Em 80 a participação era de 4,68%, em 85 foi de 15,69% e em 1995/96 a participação era de 21,52%.

Diante deste quadro, o que podemos afirmar, é que as linhas de créditos para o setor, assim como, os investimentos, mantiveram-se estabilizados. Mas com grande redução do nível de financiamento no Estado, e posterior estabilidade no período seguinte, dado principalmente pela conjuntura econômica nacional nas datas dos referidos censos.(Vide tabela abaixo)

TABELA 3 – Financiamento para a Região de Barreiras

Financiamento						
	1980	%	1985	%	1995/1996	%
Barreiras	746,06	4,68	611,52	15,69	693,48	21,52
Bahia	15.932,95	100	3.896,28	100	3.222,34	100

FONTE: Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1996/96

NOTA:(1) Dados deflacionados para valores de dezembro de 2001. (2) Valores em milhões de Reais

Quanto ao valor do financiamento por hectare, assim como os investimentos, o valor foi gradativamente reduzindo, por motivos idênticos, ou seja, o crescimento da área planta foi maior que proporcionalmente que ao volume de capital. Quando ao valor do financiamento /hectare do Estado acompanha a mesma tendência. Em um contexto geral pode-se afirmar que o crescimento do volume financiado não foi o suficiente, dado a redução ao longo do tempo, de programas e políticas públicas destinadas para o setor.

TABELA 4 – Financiamento/Hectare

Financiamento/ hectare			
	1980	1985	195/96
Região	23,01	5,52	1,54
Bahia	0,53	0,12	0,11

FONTE: IBGE –Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

NOTA::valor em R\$

Despesas são gastos despendidos com a finalidade de manter uma estrutura pré existente ou gerar condições prévias para tal funcionamento. Para o IBGE, despesas são

realizados com manutenção e custeio das atividades dos estabelecimentos, como: salário, valor da cota-parte entregue a parceiros, arrendamento e parceria de terra, adubos e corretivos, sementes e mudas, defensivos agrícola, medicamentos para animais, alimentos e trato dos animais, aluguel de reprodutores, compra de, sêmen, de ovos fertilizados e de pintos de um dia, de produtos para industrialização, aluguel de máquinas e equipamentos, serviços de empreitadas, transporte da produção, juros e despesas bancária impostos e taxas, sacarias e outras embalagens, combustíveis e lubrificantes, energia elétrica.”.(IBGE, 1995/96.p XVIII)

Assim como os investimentos e os financiamentos, as despesas apresentam também variações consideráveis; dado 1980 o ano base, uma redução de 2,70% em 1985, e uma elevação de 270,65% em 1995/96. Se comparamos à despesa da região à despesa da Bahia, nota-se que em 1980 a participação era de 2,36%, e graças a uma redução nas despesas do Estado, houve em 1985, uma participação maior, passando para 4,78%. Em 1995/96, o nível das despesas do Estado permaneceu constante, mas a participação da região cresceu para 13,12%.

De forma diferente dos investimentos e dos financiamentos, as despesas apresentaram-se com tendências ao crescimento; fato indicado pela forte participação de capital na produção, e o crescimento da estrutura como todo. Quanto ao nível das despesas do Estado, à redução seguida de estabilização em um patamar, indica à racionalização da disposição dos créditos para este fim. (Vide tabela abaixo)

TABELA 5 – Despesas na Região de Barreiras

Despesas						
	1980	%	1985	%	1995/96	%
Barreiras	912,02	2,36	887,46	4,78	2.468,39	13,12
Bahia	38.645,75	100	18.869,42	100	18.818,76	100

FONTE: Censos Agropecuários de 1980,1985 e 1996/96

NOTA:(1) Dados deflacionados para valores de dezembro de 2001. (2) Valores em Milhões de Reais.

No que se diz respeito as despesas por hectare, diferentemente do que vimos nos itens investimentos e financiamento, o valor das despesas por hectare apresentaram um movimento de queda; enquanto para o Estado , após queda inicial, observa-se um pequeno crescimento no último período.

TABELA 6 – Despesas por hectare

Despesas/Hectare			
	1980	1985	195/96
Região	28,13	8,00	5,49
Bahia	1,29	0,56	0,63

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

NOTA: Valor em R\$

Ao longo das duas décadas de observação, a tendência abordada é a ampliação da participação da região na economia do Estado. Assim como manutenção e ampliação da estrutura produtiva existente.

3.1.3.2 Indicadores tecnológico

Na análise da base tecnológica abordamos itens que podem indicar transformação na estrutura produtiva - mecanização da produção - e que são comuns a todos os censos aqui abordados: são itens como números de tratores arados e máquinas,

Iniciaremos nossa análise, indicando que a relação feita aqui indica a quantidade de terra que cada trator trabalha em média. Em virtude do grande volume de recursos destinados para a região, e principalmente pela tendência para mecanização e o aumento da produtividade; a região apresenta-se com o crescimento estabilizado na participação de tratores na safra, seja no plantio ou na colheita. No tocante à utilização deste equipamento no Estado observa-se um declínio, fruto da permanência em algumas micro regiões de métodos arcaicos de cultivo ou até mesmo pela característica da lavoura.

TABELA 7- Relação hectares por tratores

	Hectares/Tratores		
	1980	1985	1995/96
Região	102,94	106,61	154,37
Bahia	2249,80	2095,62	1172,93

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

O segundo, máquinas, apresenta-se de forma instável, pois, em 1980, com uma pequena presença na lavoura, e respondendo à dinâmica do mercado, em 1985, chega-se à maior participação no período. Quanto aos valores da economia baiana como um todo, permanece a tendência indicada no item tratores.

TABELA 8- Relação hectares por máquinas

	Hectares/ Máquinas		
	1980	1985	1995/96
Região	277,14	142,88	180,98
Bahia	3747,98	3763,10	1894,31

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

E por fim o último item, arados, ai relacionados, o tração mecânica e o de tração animal. Conforme o tipo de lavoura adotada na região, com o predominância da cultura temporária, em campo aberto, a maior participação na região, é do arado de tração mecânica, com 77,15% em 1995/96, 58,65% em 1985 e 38,96% em 1980; indicando a mecanização no arado da terra. No tocante ao Estado a maior participação é a de arado com tração animal.

TABELA 9- Relação hectares por arados

	Hectares/ Arados		
	1980	1985	1995/96
Região	60,16	64,57	124,48
Bahia	385,78	299,56	232,24

FONTE: IBGE – Censo Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/96

Pra finalizar o notável a mecanização da produção na região abandonando cada vez mais os métodos tradicionais de cultivo e indo em direção de novas técnicas formando no mar de defasagem tecnológica como ilhas de modernidade.

3.2 PRODUTIVIDADE E DIVERSIFICAÇÃO AGRÍCOLA

Diante da nossa meta de trabalho, abordaremos neste item a evolução na produção agrícola no período em estudo. trataremos de forma diferenciada à produção agrícola, sendo uma referente à evolução da produtividade, de algumas culturas; e a nova produção, cultivos introduzidos na região derivados da implantação dos programas e políticas para o setor.

A primeira abordagem que faremos diz respeito à produtos que já eram cultivados na década de 80, ou seja, que apresentavam-se nos censos de 1980 e 1985. São produtos como os grãos: arroz, feijão, milho e o surgimento no início da década de 1980 o cultivo da soja; além da “tradicional” cana-de-açúcar; e um produto típico da região nordeste do país, a mandioca. Ainda no que se refere à esta produção, observa-se aí o que seria posteriormente uma das vertentes da economia local, a produção de frutas; com a presença da melancia e a banana, e um grupo classificado como “outros”, que fazem parte da diversificação produtiva da região, e que são indicados nas classificações feitas acima; são eles o algodão, alho, cebola, café etc...

Como observação para o que posteriormente passar-se-á a ser analisado, temos os dados abaixo citados que são postos de forma agregada no que tange tipo de safra: sequeiro e irrigado. Uma outra observação a ser feita, é referente à unidade de medida; visto que parte da produção da região em questão, é medida em unidade e a outra em toneladas, indicaremos quando necessário.

3.2.1 Produtividade e modernidade

A produtividade conforme vimos no capítulo anterior, é um fator determinante de modernidade econômica conforme análise dos censos agropecuários, verifica-se um aumento progressivo da produtividade, em virtude da incorporação tecnológica na produção, respondendo aos estímulos.

Entre os grãos o que vem ganhando notoriedade no seu cultivo é a soja; ocupando cada vez uma área maior, evoluindo continuamente desde a primeira metade da

década de 1980 quando foi introduzido na região. Paralelamente, existe uma tendência para redução da produção de milho, motivada principalmente pela ampliação do cultivo da soja na região, em virtude do seu mercado, melhor preço, e as características de ambos.

A colheita de soja, no Oeste Baiano, tem preferência na ocupação dos armazéns devido ao fato de sua colheita ser anterior à do milho e de ser considerada mais importante devido aos compromissos contratuais com as agroindústrias, limitando desse modo a expansão da cultura do milho na região (Ornelas,1998. p10)

Assim como em outras regiões do Estado, o cultivo da cana-de-açúcar aqui também se fez presente; segundo o censo, a área do plantio não é representativa se comparado com o resto do Estado. O que notamos é o crescimento tanto da área quanto da produção, mas com redução da produtividade; dado principalmente pelo uso de métodos primitivos de colheita, queimada; Vale salientar que este produto não se desenvolveu em todos os municípios da região.

TABELA 10 – Evolução do rendimento da produção da Região de Barreiras

Produtos	Rendimento da produção		
	1980	1985	1995/96
	Rendimento	Rendimento	Rendimento
Arroz	0,88	0,78	1,29
Feijão	0,43	0,49	1,89
Milho	0,89	1,07	4,44
Cana-de-Açúcar	18,94	25,96	13,14
Mandioca	8,18	4,33	3,99
Soja		1,19	2,13

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1980,1985 e 1995/96

NOTA: Valores editados em t/ha

3.2.2 Diversificação

Uma outra “vocação” da região,   a fruticultura; que já no censo de 1980 apresentava-se de forma tímida. Observando o leque da produ o da região especificamente do último censo demográfico (1995/96), observa-se uma diversifica o na produ o de frutas. Em edi es anteriores, nota-se apenas a presença da banana e da melancia. A  rea planta total era de 13 hectares em 1980, e de 107 hectares em 1985. E em 1995/96, passa para 4848,64 hectares adicionados produtos como abacaxi, coco-da-baia, laranja, manga, mamão e uva mesmo ainda pouco representativa.

TABELA 11 - Produ o de frutas da Região de Barreiras

Frutas da Região			
Produto	1995/96		
	Unidade	Quantidade	Area (ha)
Abacaxi	Toneladas	7	7,97
Banana	Mil Cachos	208	387,82
Coco-da-baia	Mil Frutos	459	150,18
Laranja	Toneladas	4983	192,65
Manga	Toneladas	8573	456,87
Melancia	Toneladas	13219	3312,1
Mamão	Toneladas	6620,00	341,03
Uva	Mil Frutos	1,00	0,02

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1980,1985 e 1995/96

E para completar a composi o da produ o agrícola da região, trataremos do restante da pauta de produ o. Vale observar que estes produtos surgiram na região, como sua produ o voltada para comércio e agroindústria a partir da segunda metade da década de 1980, após censo de 1985. São produtos como algodão, alho, cebola, fumo em folha, mamona e tomate; que ocupam hoje uma área de 2874,91 hectares e com forte possibilidade de ser ampliada.

TABELA 12 - Outros produtos da Região de Barreiras

P r o d u t o	O u t r o s	
	1 9 9 5 / 9 6	
	P r o d u ç ã o (t)	Á r e a (h a)
Algodão	1 9 8 9	1 9 1 9 , 7 2
Alho	4	0 , 0 2
Cebola	1 2 8	1 4 5 , 3 4
Café	3 7 1	1 7 9 , 5 0
Fumo em folha	1 0	6 , 6 2
Mamona	1 3	1 3 , 0 0
Tomate	3 4 6 8 , 0 0	6 1 0 , 7 1
	5 9 8 2 , 5 0	2 8 7 4 , 9 1

FONTE: IBGE Censo Agropecuário 1980,1985 e 1995/96

No que tange à participação da região na produção baiana, observa-se um crescimento da produção, assim como expansão na área cultivada e a diversificação da cultura, acontecendo concomitantemente.

No censo agropecuário de 1980 nota-se uma pauta de produção reduzida contendo poucos itens, com uma área de cultivo restrito, e uma participação tímida na economia baiana. Com uma produção contendo basicamente arroz, feijão, mandioca e milho etc. Contudo observa-se que a participação na produção total da Bahia era de 25,97% em grãos; 0,06% da produção de cana de açúcar; 0,26% da de mandioca; 0,05% da produção de bananas e 0,89% da de melancia. Quanto à área cultivada, era de 2,39% da área baiana.

Em 1985 a composição da pauta de produção da região não sofreu grande mudança, sendo acrescentado de expressivo apenas a soja; o que de fato mudou foi a área cultivada e a quantidade produzida. Portanto, neste período, 30,58% da produção de grãos; 0,15% da produção de cana de açúcar; e 1,10% na de mandioca eram oriundas da região; detinha 0,12% da produção de banana e 0,35% da produção de melancia. Quanto à área, representava cerca de 6,23% da área cultivada no Estado.

O Censo agropecuário de 1995/96, mostra um cenário diferente do registrado nas edições anteriores; são catalogados novos produtos, mostrando assim a diversificação da produção e a especialização da região na produção de grãos. Produtos como: arroz, feijão, milho e soja, obtiveram um acréscimo considerável tanto na área cultivada como na produção

total. Por tanto a região tinha a seguinte participação na produção do Estado 65,14% da produção de grãos, 0,74% a produção de cana-de-açúcar, 1,52% de mandioca, 1,59% da produção de fruta; e por fim a categoria outras detém 1,82%. Com referencia á área cultivada, no referido ano chegou a 18,05% da área do Estado.

4 CONSEQUÊNCIA DA MODERNIZAÇÃO PARA A REGIÃO DE BARREIRAS

Neste capítulo analisaremos de fato as transformações ocorridas na região, tanto a nível tecnológico quanto populacional, registradas nas décadas de 1980 e 1990. Foram tomados como base para mudança na relação de trabalho, os censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/1996, e para variação populacional os censos demográficos de 1980, 1991 e 2000.

Aqui identificaremos a quantidade de pessoas ocupadas na atividade agrícola e o tipo de relação produtiva na área abordada. No tocante à população abordaremos as variações demográficas no decorrer das décadas citadas, assim como as origens deste fluxo migratório.

4.1 IMPACTOS DEMOGRÁFICOS DA EXPANÇÃO AGRÍCOLA

No tocante à população da região, observa-se que ao contrário do que vem ocorrendo nas outras micro regiões do Estado, apresenta-se em expansão motivada principalmente pelo fluxo migratório oriundo de diversas unidades da Federação.

Abordaremos aqui a evolução quantitativa da população na região oeste, nos últimos vinte anos, censos de 80, 91 e 2000, devidamente separado por município, sua variação percentual assim como o quê representa tal variação.

Os censos demográficos mostram o comportamento da população, que pode ser identificada como estável nos outros municípios da região, e altamente concentrada no município de Barreiras. No intervalo de vinte anos que serve de base para este trabalho houve um crescimento de 216,76% na população. Neste mesmo período o município de Catolândia apresentou uma redução na população de 2,71%.

Conforme observamos na tabela 13, os casos dos municípios de Barreiras e Catolândia são os extremos da região, os demais municípios apresentam um crescimento entre 10% e 30% no período. O município de Barreiras é o que mais cresce na região em população, tendo

hoje (2000) 131.335 de habitantes da região; tinha em 1980, 41.462 habitantes, e em 1991, 92640 habitantes na região.

TABELA 13 População da Região de Barreiras

Cidades\ Censo		População		
		80	91	2000
Baianópolis	%	9,64	8,41	5,91
Barreiras	%	41,75	56,37	63,81
Catolândia	%	3,20	1,99	1,50
Formosa do Rio Preto	%	11,97	9,38	8,88
Riachão das Neves	%	18,41	12,34	10,67
São Desidério	%	15,03	11,51	9,23
total	100%	99.309	164.354	205.833

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 2000

Segundo o censo demográfico, o crescimento da população não foi oriundo só do crescimento vegetativo da população, mas também do aumento da migração para a região e especificamente para o município de Barreiras.

A migração é o movimento do contingente populacional no território o IBGE identifica como migrantes:

Pessoas que não nasceram no município de residência e moravam no município pesquisado há menos de 10 anos e para os nascidos no município pesquisado que retornaram há menos de 10 anos(...) Não foi considerado migrante a pessoa que se ausentou temporariamente do município por motivo de frequência à escola, tratamento de saúde, assistência a parente ou conhecimento, serviço militar, estágio profissional, bolsa de estudo ou tarefa de trabalho agrícola, retornando logo após haver cessado o motivo do afastamento. (IBGE,1991. p XXVII e XVIII)

Aqui trataremos apenas de dois censos demográfico, o de 1980 e o de 1991, pois, o realizado no ano de 2000, não teve ainda os dados referentes à migração divulgado.

Analisaremos de cada censo em questão; a distribuição imigratória nos município da região econômica do Estado, regional de tal fluxo.

Quanto distribuição dos imigrantes por município, no censo demográfico (1980) a população total da região era de 99309 pessoas possuindo 14251 imigrantes, ou seja, 14,35% da população era composta de imigrantes. Destes a maior concentração média no município de Barreiras com 78,83% do total, e Catolândia com a menor apenas 1,68% do total.

Uma vez tratado da distribuição migratória na região; abordaremos agora o a composição migratório da região em estudo (Micro região de Barreiras). Como já é notório, a região nordeste é a que apresenta o maior fluxo de emigração. Tendo 83,55% do total; a segunda maior contribuição vem da região Centro Oeste com 9,50%; depois o Sudeste com 3,83%; o Sul com 2,11%, e contribuindo com o menor fluxo, a região Norte com apenas 0,11%.(Vide Tabela)

TABELA 14 População de imigrantes quanto a origem, na Região de Barreiras 1980

Origem do Movimento Migratório Para a Região de Barreiras / 80 (%)							
Municípios\Regiões	N	NE	SE	S	C O	Outras Condições	Total de migrantes
Baianópolis	1,12	77,37	-	4,75	15,64	1,12	358
Barreiras	0,10	82,91	4,43	2,12	9,52	0,92	11234
Catolândia	-	84,17	9,58	-	6,25	-	240
F. do Rio Preto	-	86,03	1,30	2,29	9,54	0,84	1310
Riaçãõ das neves	-	93,78	1,04	-	4,15	1,04	772
São Desidério	-	78,04	-	4,45	16,62	0,89	337
Total	0,11	83,55	3,83	2,11	9,50	0,91	14251

FONTE: IBGE – Censo Demográfico de 1980

Em 1991, população da região de Barreiras, era de 164354 pessoas com 35508 imigrantes; que correspondia a 21,60% da população; aumentando por tanto a relação migrante/população, assim como, os valores de forma absoluta. O município de Barreiras recebe o maior fluxo imigratório da região, tendo uma participação de 84,01% no total de

imigrantes, 5,18% maior que em 1980. O município de Catolândia, permaneceu em último, mas diminuiu sua participação relativa em 0,97%, passando para, 0,71%. (Vide tabela abaixo)

TABELA 15 População de imigrantes quanto a origem, na Região de Barreiras 1991

Origem do Movimento Migratório Para a Região de Barreiras/91 (%)							
Município\Regiões	N	NE	SE	S	CO	Outra Condições	Total de Migrantes
Baianópolis	1,71	57,34	3,07	26,79	11,09	-	586
Barreiras	2,19	71,28	5,43	10,26	10,71	0,12	29852
Catolândia	2,39	74,50	2,39	-	20,72	-	251
F. do Rio Preto	2,63	62,77	-	21,83	12,77	-	1026
Riachão das neves	4,15	88,28	2,74	-	4,84	-	2337
São Desidério	2,95	35,99	2,34	46,02	12,71	-	1456
Total	2,36	70,50	4,91	11,59	10,54	0,10	35508

FONTE: IBGE Censo Demográfico de 1991.

Quanto ao fluxo migratório das regiões do país, conforme o abordado acima no censo de 1980, o Nordeste do país contribui como a maior participação 70,50% do total, mas 13,5% menor que o censo anterior. O Sul ultrapassou o Centro-Oeste e o sudeste tendo agora 11,59% dos migrantes no Oeste baiano, com Centro-Oeste apenas 10,54%, e o Sudeste 4,9%. Assim como no censo anterior o norte apresentou-se em último com apenas 2,36%.

Como notório, o processo de migração transforma as regiões receptoras do fluxo migratório. Aqui será trabalhado um dos objetos das mudanças, a base tecnológica. A região de Barreiras sofreu mudanças consideráveis neste aspecto; a introdução de novas técnicas de plantio, de novas culturas, novos métodos de irrigação entre outros. Conforme indicado acima, a região em estudo apresenta-se como grande receptora; principalmente por apresentar nas décadas de 1980 e 1990 com: grande incentivo fiscal, nas três esferas do poder, preço das terras abaixo dos preços de outras regiões além da boa qualidade do solo ali existente.

Esses pólos modernos da lavoura nordestina, que na verdade inclui o norte de Minas Gerais, tem atraído massas de agricultores do sul e do sudeste que migram buscando maiores áreas para cultivos de grãos. Obtendo ganhos de escalas levando conhecimento tecnológico que alavanca a produtividade regional (Gonçalves, 1998 p 12)

É visível hoje a presença da migração nesta região, que vão desde o tipo de irrigação até o produto a ser plantado, e passando em alguns casos ao mercado que terá destino o produto final. Vale ressaltar que os projetos, ali implantados, também direcionaram – de acordo com os estudos feitos para a utilização mais eficiente dos recursos existentes.

4.2 MUDANÇAS DAS RELAÇÕES DE TRABALHO

Dado a abordagem feita acima referente à evolução quantitativa da mecanização da produção. Analisaremos agora as relações de trabalho, vínculo com a atividade ocorridos no período em estudo, atentando para características de cada relação e o que isso representa.

Analisaremos a princípio os empregados de forma permanente, sendo estes os que possuem vínculo empregatício mais estável, coordenando ou executando tarefas essenciais na produção.

pessoas contratados para exercer tarefas permanentes ou de longa duração, mediante a remuneração em dinheiro ou em quantidade fixa de produtos, inclusive os membros da família dos empregados permanentes que efetivamente os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas. (IBGE, 1985. p XV)

Nesta classe foram indicadas 978 ocorrências em 1980. A variação percentual foi de 266% de 1980 para 1985, e de 171% no intervalo de 1985 à 1995/1996. A variação total no intervalo de 15/16 anos, que se iniciou em 1980 à 1995/1996, foi de 455%. Indicando portanto, o crescimento da estrutura produtiva permanente.

Na categoria de emprego temporário, que são aumentos da demanda por mão de obra para o emprego temporário na lavoura, plantio ou colheita. O IBGE classifica essa atividade como:

peçoas contratadas para execução de tarefas eventuais ou de curta duração, mediante remuneração em dinheiro ou sua equivalência em produtos, inclusive os membros da família desses empregados que os auxiliavam na execução de suas respectivas tarefas. (IBGE, 1985. p.XV)

De forma diferente ao apresentado na classe acima, observa-se aqui uma redução na participação em empregos temporários. Em 1980 foram 7995, em termos percentuais no intervalo de 1980 para 1985 teve um acréscimo de apenas 16%; e uma redução de 66 % de 1985 para 1995/1996, ficando no nível de 38,65% do período inicial, de 1980 á 1995/96. Sendo este tipo de mão de obra sem qualidade, e em sua grande maioria pode-se afirmar que as tarefas antes executadas por estes empregados são gradativamente executadas pelas maquinas, intensificando portanto presença do capital na agricultura.

O regime de parceria é um tipo de atividade em que é substituída a remuneração monetária pelo pagamento em produtos, normalmente adotado em pequenas propriedades. O IBGE classifica como:

peçoas diretamente subordinadas ao responsável, que executavam tarefas mediante recebimento de uma cota-parte da produção obtida com seu trabalho (meia, terça, quarta, etc.), e os seus familiares que o ajudavam na execução das suas tarefas. (IBGE, 1985. p.XV)

Esse tipo de relação, segundo o censo de 1980, foi de 131 peçoas nesse regime. A variação de 1980 à 1985 de 54,2%, e de 1985 à 1995/1996 a variação foi de 6,44% e no intervalo de 1980 à 1995/1996 foi de 164,12%.

E por fim, as outras condições que são definidas como: “todas as pessoas cujo regime de trabalho diferia do pessoal dos grupos anteriores, tais como: agregados, moradores, etc.” (IBGE, 1985. p.XVI) . Nesta categoria, em 1980 foram 72 pessoas. Dando uma variação de 808% no período de 1980 á 1985, de 1985 à 1995/1996 a variação 49%, e no período de em análise o valor foi de 1206%.

TABELA 16 Mão-de-obra ocupada na Região de Barreiras

M ã o - d e O b r a O c u p a d a			
Regime\censo	80	85	95/96
Empregos Permanentes	10,66	20,56	51,61
Empregos Temporários	81,13	73,24	35,83
Parceiros Empregados	1,43	1,6	2,49
Otras condições	0,78	4,6	10,07
Total de mão-de-obra	9.176	12.659	8.623

FONTE: IBGE – Agropecuário de 1980, 1985 e 1995/1996

Em virtude do processo de mecanização e as características das lavouras, observa-se mudanças nas relações de trabalho. Por se tratar de lavouras temporárias, renováveis a cada ciclo produtivo, foi possível a mecanização; vinculada a este processo à utilização de mão-de-obra especializada e de caráter permanente.

4.3 TENDÊNCIAS PARA O SETOR

Traçaremos aqui o perfil da economia da região para o início deste século, abordando as tendências para os investimentos o fluxo previsto quais os produtos que apresentam com grande possibilidade de expansão.

A integração da cadeia produtiva tem sido o principal foco dos investimentos; a criação de agroindústrias para que seja “adicionado valor” aos produtos da região e observado tanto através de investimentos privados como também via cooperativas de pequenos produtores. A verticalização da produção, via compra insumos no campo exercem um importante papel de modernização dos padrões produtivos da área rural.

Projetos no ramo de beneficiamento de milho, outro lado, também assinalam a verticalização da produção de grãos e oleaginosas, fortalecendo o parque produtor de bens finais ou intermediários de maior valor agregado. A importância da unidade agroindustrial da massapé Alimentos, por exemplo, viabilizará a produção de cereais matinais e flocos de pré-cozidos de milho, além de mix de ração.

Segundo Couto Filho(2000a) apenas um projeto de produção de grãos (soja, milho e algodão) foi encontrado na pesquisa refere-se a um investimento na ordem de R\$ 9 milhões, a ser realizado por um grupo de agricultores americanos, que deverá ofertar 100 empregos diretos na atividade(...) Outro tipo diz respeito a algumas pequenas iniciativas de erguer ou, pelo menos, manter alguns segmentos tradicionais, mas que de forma alguma alteram a tendência identificada.

O algodão é o produto que apresenta-se em fase de expansão, chegou na região como para garantir a rotatividade da lavoura, devido a qualidade do solo e a irrigação já usada nas lavouras de soja e milho. Em 95/96 a área plantada foi de 2,4 mil hectares e 2,1 mil toneladas de algodão. Em 2001 a área plantada aumentou em 2,147%, e a produção passou para 67 mil toneladas. Esta expansão da produção levou os produtores a cobrar do governo

programa de incentivo à produção (PROALBA). O programa tem como base os incentivos fiscais, via renúncia de 50% do ICMS e a meta de chegar em 2003/2004 a 150 mil hectares de safra. A associação dos produtores tem a responsabilidade de aplicar 10% do ICMS não recolhido em pesquisas além de plantar um tipo específico e de melhor qualidade (6/7).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, pode-se afirmar que o processo de modernização da agricultura na região de Barreiras foi fruto da convergência de interesses da iniciativa privada, dado as vantagens comparativas da região, e as políticas públicas que construíram vantagens competitivas.

As convergências de políticas programas e projetos garantiram as mudanças do cenário na região, influenciando na diversificação produtiva e favorecendo, via ampliação dos recursos o processo de mecanização do setor. Quantitativamente, são notáveis os resultados do processo; no âmbito financeiro, a expansão do fluxo monetário garantiu à ampliação e modernização da estrutura produtiva, o processo de mecanização foi reflexo deste momento.

No âmbito da produção, a diversificação e o crescimento da produção é um fator relevante, pois, possibilitou o crescimento da participação da região na economia do Estado. Houve uma expansão considerável da área plantada, e a especialização no cultivo de grãos tendo a soja como principal produto.

A demografia também transformou-se de forma considerável, ampliando o contingente populacional da região e atraindo mais migrantes, sendo parte de um processo que culminar com uma nova matriz de produção e um novo mix de produtos. Concomitantemente, As alterações na relação de trabalho, indicaram para a redução do emprego temporário e o crescimento do emprego permanente e especializado.

E por fim, o ambiente econômico da região nas últimas duas décadas tem contribuído para tal crescimento, e a tendência é a permanência do crescimento da produção assim como a diversificação

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ACCARRINI, José Honório. **Economia Rural e Desenvolvimento: Reflexões Sobre o caso Brasileiro.** Petrópolis: Vozes, 1981.

ALBUQUERQUE, Marcos Cintra Cacalcante; NICOL, Robert. **Economia Agrícola: O Setor Primário e a Evolução da Economia Brasileira.** São Paulo: Mc Graw - Will, 1987.

ALMEIDA, José. O Desenvolvimento econômico da Bahia. **Revista Econômica do Nordeste.** Fortaleza: v.2, n. 13, jul/set 1972.

ANDRADE, Margarida; RIBEIRO Sônia Perreira. Agricultura Baiana nos Anos 90. **Bahia Análise de Dados.** Salvador: v.6 , n.3, p.60-65, 1996.

ARAÚJO, Tânia Bacelar. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste?. In: Affonso, Rui de Britto Albares; Silva, Pedro Luiz Barros. **Feudalismo no Brasil: desigualdade Regional e Desenvolvimento.** São Paulo: FUNDAP. Universidade Estadual Paulista, 1995.

BAHIA. Secretária de Indústria e Comércio e Mineração. **Bahia: Oportunidade de Investimento e negócios.** Salvador: 1997.

BRAGA, Chirstiano Lima. **As transformações do Cooperativismo agrícola na década de 80 e a Inserção na Nova Dinâmica da Agricultura Brasileira.** Salvador: 1994 Monografia (Graduação) Faculdade de Ciências Econômicas/ UFBA/.

CARVALHO JUNIOR, Cesar Vaz de. Agropecuária na Bahia Segundo os Censos de 1985 e de 1995/96: Indicadores dos Níveis da Atividade Econômica. **Conjuntura e Planejamento.** Salvador: n. 52, p. 3-17, set. 1998.

CARVALHO, Edmilson. **Possibilidade e Estágio Atual da Agroindustrialização no Cerrado do Oeste Baiano**. Salvador: Fundação CPE, 1990.

COELHO, Antônio Carlos Dias. **Análise Crítica da Avaliação de Projetos no Nordeste do Brasil**. Fortaleza: BNB, 1989.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. (BA) **Projeto de desenvolvimento agropecuário Rio Grande - Boa Sorte no oeste da Bahia**, Barreiras, 1984

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL (BA). **Projeto de Desenvolvimento agropecuário Rio Grande Boa Sorte, no Oeste da Bahia**. Barreiras: ,1986

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO E AÇÃO REGIONAL. **Projeto de desenvolvimento agropecuário Rio Grande- Boa Sorte no oeste da Bahia**, Barreiras: 1984

COUTO FILHO, Vitor Atayde. **Agropecuária e irrigação: Algumas Tendências da Economia Baiana**. Salvador: Secretaria do Planejamento, Ciências e Tecnologia, 2000. p 189-90.

CUNHA, Altivo Roberto Andrade de Almeida. Uma crítica à teoria neoclássica sobre a geração de tecnologia para a agricultura. **Nova Economia**. Belo Horizonte, v.2, n. 2, p215-230, nov. 1991

GONÇALVES, J. S; SOUZA, S. A. M. Modernização da Produção Agropecuária Brasileira e o Velho Dilema da Superação da Agricultura Itinerante. **Informações Economicas** São Paulo: v.28, n.4, p7-16, 1998.

GOSQUEZ, José Garcia; VILLA VERDE, Carlos M. **Recursos para a agricultura e a orientação dos Gastos Públicos**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991.

GRÃOS: Situação e Tendências dos Principais Produtos agrosíntese. **Bahia Agrícola**, Salvador: SEAGRI, v.1, n.3, p 3-12, fev. 1997.

GUERRA, Oswaldo Ferreira; GONZALEZ, Paulo S. Hernida. Evolução Recente e Perspectivas para a Economia Baiana. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: v. 27, n.1, jan./ mar. de 1996.

IBGE. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de janeiro: 1980

IBGE. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de janeiro: 1985

IBGE. **Censo Agropecuário da Bahia**. Rio de janeiro: 1996

IBGE. **Censo Demográfico da Bahia**. Rio de janeiro: 1980

IBGE. **Censo Demográfico da Bahia**. Rio de janeiro: 1991

IBGE. **Censo Demográfico da Bahia**. Rio de janeiro: 2001

LOBO, Roberto Jorge. **Historia Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo: Atlas, 1982.

MARTINI, George. **Fases e Faces da Modernização Agrícola Brasileira**. Brasília, IPEA/IPLAN, 1989.

MESQUITA, Augusto Sávio. A Globalização e suas Implicações na Agricultura Brasileira. **Bahia Agrícola**. Salvador: v.2, n.3, p. 64-69, nov. de 1998.

MONTEIRO NETO, Aristides. Desigualdade Setorial e Crescimento do PIB no Nordeste: Uma Análise do Período 1970/95. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza: v. 28, n.esp. jul.de 1997.

MUNHOZ, Dercio. Garcia. **Economia Agrícola: Agricultura Uma Defesa dos Subsídios**. Petropolis: Vozes, 1982.

PEDRÃO, Fernando Cardoso. **Proposta de Política Agroindustrial Para o Estado da Bahia**. Salvador: SEI, 1987.

PIMENTA, Antônio Carlos Rosa; REIS, Frederico Santana dos. O Desenvolvimento Tecnológico do Setor Primário Baiano. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: n. 52, p18-23, set. de 1998.

SANTANA, Vera Lúcia Veiga. A Bahia e o Mercosul: Algumas Considerações. **Bahia Agrícola**, Salvador: v. 1, n.0, p. 11-13, nov. de 1995.

SOARES, Vera Lúcia Sales; SILVA, Paulo Pontes da. **Perfil da Nova Agropecuária da Bahia** Salvador: CPE, 1994.

SCHUTZ, Theodoro W. **A transferência da Agricultura tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

VEIGA, Luiz Mário Ribeiro. Condições para o Crescimento da Economia. Baiana 2000-2004. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n 68, p 14-17, jan. de 2000

MESQUITA, Augusto Sávio. PRONAF: Contextualização e perspectivas. **Bahia Agrícola**. Salvador, v .4, n.1, p. 33-37, 2000

OLIVIERI, Durval Freire de Carvalho. Desenvolvimento competente. **Bahia Análise de Dados**. Salvador: v.1, n. 1, p. 43-45,1991.

VIEIRA, Luiz Mário Ribeiro. Condições para o crescimento da economia baiana. **Conjuntura & Planejamento**. Salvador: SEI, n 68, v.1 p 16, jan 2000.